

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NO CONTEXTO DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

ANDERSONE DA SILVA¹
FRANCISCO SILVA^{2,3,4}

RESUMO – Nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Island Developing States - SIDS), o turismo é frequentemente apresentado como motor de crescimento económico, mas também pode reforçar vulnerabilidades estruturais, como a dependência externa e a limitada diversificação económica. Este artigo analisa criticamente o modelo de desenvolvimento turístico em São Tomé e Príncipe, um país-arquipélago que ilustra de forma paradigmática este paradoxo. Recorrendo a uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa, foram realizadas 22 entrevistas semiestruturadas e um grupo focal com atores institucionais, operadores privados, organizações não-governamentais e especialistas internacionais. A análise evidencia a coexistência de dois modelos contrastantes: na ilha de São Tomé, um sistema híbrido, fragmentado, com vários polos regionais desconectados; e, na ilha do Príncipe, um modelo exógeno orientado para um turismo sustentável e de luxo. Esta dualidade resulta num padrão de desenvolvimento assimétrico que, no seu conjunto, se aproxima de modelos caracterizados pela ausência de uma estratégia nacional coerente. Em resposta, propõe-se o Modelo de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (MDIS-STP), ancorado numa governação robusta e na articulação de quatro pilares estratégicos: turismo, agricultura, economia azul e logística regional. Este modelo visa promover um desenvolvimento mais equilibrado e resiliente, sendo potencialmente adaptável a outros SIDS.

Palavras-chave: SIDS; desenvolvimento turístico; São Tomé e Príncipe; sustentabilidade; modelo integrado.

ABSTRACT – TOURISM DEVELOPMENT IN SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE IN THE CONTEXT OF SMALL ISLAND DEVELOPING STATES. In Small Island Developing States (SIDS), tourism is often presented as a driver of economic growth, but it may also reinforce structural vulnerabilities, such as external dependence and limited economic diversification. This article critically analyses the tourism development model in São Tomé and Príncipe, an island country that exemplifies this paradox. Based on a qualitative and interpretative methodology, 22 semi-structured interviews and a focus group were conducted with institutional actors, private operators, non-governmental organisations, and international experts. The analysis reveals the coexistence of two contrasting models: on the island of São Tomé, a hybrid and fragmented system with several disconnected regional poles; and on the island of Príncipe, an exogenous model focused on sustainability and luxury tourism. This duality results in an asymmetrical development pattern overall, aligns with models characterised by the absence of a coherent national strategy. As a response, the article proposes the Integrated and Sustainable Development Model for São Tomé and Príncipe (MDIS-STP), grounded in strong governance and the articulation of four strategic pillars: tourism, agriculture, the blue economy, and regional logistics. This model aims to promote more balanced and resilient development and is potentially adaptable to other SIDS.

Keywords: SIDS; tourism development; São Tomé and Príncipe; sustainability; integrated model.

HIGHLIGHTS

- MDIS-STP articula turismo, agricultura, economia azul e logística regional.
- Estudo evidencia dualidade de modelos turísticos entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe.
- Fragilidade da governação e dependência externa comprometem o potencial do turismo.
- Proposta teórica inova ao expandir o modelo de Dredge (1999) no contexto dos SIDS.
- Contributo aplicável e adaptável a outros SIDS.

Recebido: 12/08/2025. Aceite: 03/03/2026. Publicado: 10/04/2026.

✉ Francisco Silva: francisco.silva@eshte.pt

¹ Universidade Lusíadas, São Tomé e Príncipe, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Avenida Marginal 12 de Julho, Caixa Postal: 111, São Tomé e Príncipe.

² Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Portugal.

³ Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo – CITUR, Estoril.

⁴ Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa, Portugal.

1. INTRODUÇÃO

O turismo consolidou-se como um dos principais motores do crescimento socioeconómico global, assumindo um papel particularmente relevante em economias emergentes e vulneráveis (United Nations World Tourism Organization [UNWTO], 2012), como é o caso dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Island Developing States – SIDS). Este grupo de países é reconhecido pelas Nações Unidas pelas suas vulnerabilidades estruturais partilhadas, nomeadamente o isolamento geográfico, a reduzida escala económica, a limitação de recursos naturais e de capital, os défices comerciais persistentes e a forte dependência das importações (Briguglio, 1995).

Devido às suas especificidades geográficas e constrangimentos socioeconómicos, muitos destes países têm vindo a apostar no turismo como motor de desenvolvimento (Cohen, 2020; Mihalič, 2015; Novelli, 2005; Scheyvens & Momsen, 2008). Contudo, a expansão do setor nestes territórios revela-se paradoxal. Por um lado, o turismo representa uma importante fonte de investimento direto estrangeiro, gera emprego e contribui para o crescimento económico; por outro, tende a acentuar a dependência em relação ao capital externo, a aumentar o custo de vida e a agravar a pressão sobre os ecossistemas (Britton, 1982; Hampton & Jeyacheya, 2013). Esta dinâmica resulta frequentemente em fugas significativas de receitas e na perpetuação de desigualdades estruturais. Na região das Caraíbas, por exemplo, estima-se que, em média, cerca de 40% das receitas turísticas se percam para o exterior, podendo esse valor ultrapassar os 80%, beneficiando essencialmente empresas internacionais, em detrimento da economia nacional e das comunidades locais (Russell, 2020; Sharpley & Telfer, 2015; Telfer, 2015).

São Tomé e Príncipe é analisado à luz destas dinâmicas contraditórias, inserindo-se no quadro mais amplo dos SIDS. Dotado de valiosos recursos naturais e culturais, o arquipélago tem sido promovido como um destino turístico singular (Costa, 2023). No entanto, devido às fortes limitações de acessibilidade e aos persistentes constrangimentos institucionais e infraestruturais, entre outros fatores, grande parte do seu potencial turístico permanece por desenvolver. Trata-se de um caso ilustrativo das ambivalências do turismo enquanto vetor de desenvolvimento, evidenciando os desafios inerentes à construção de um modelo turístico sustentável e eficaz.

A investigação responde à seguinte dupla questão central: Até que ponto o desenvolvimento turístico de muitos SIDS, e em particular de São Tomé e Príncipe, depende de investimento externo? E como poderá ser assegurado um desenvolvimento mais sustentável, com maiores benefícios para as comunidades locais?

Em articulação com esta questão, foram definidos quatro objetivos específicos:

- Examinar criticamente a evolução do desenvolvimento turístico nos SIDS e respetivas implicações estruturais;
- Analisar os modelos de desenvolvimento turístico dominantes em São Tomé e Príncipe e as suas dinâmicas operacionais;
- Recolher e sistematizar as perspetivas dos principais *stakeholders* envolvidos no planeamento e gestão do turismo;
- Propor um modelo que responda de forma adequada às especificidades do território e que possa ser aplicado a outros SIDS.

2. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NOS SIDS E EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2.1. Evolução dos modelos de desenvolvimento turístico

O desenvolvimento turístico tem sido analisado de forma multidimensional, refletindo a complexidade crescente dos sistemas turísticos e os seus múltiplos impactes (Sharpley, 2020). Neste contexto, a análise dos modelos de desenvolvimento é essencial para compreender as dinâmicas e estratégias adotadas em diferentes territórios e contextos históricos.

A conceptualização teórica sobre os modelos de desenvolvimento turístico tem evoluído substancialmente ao longo das últimas décadas, transitando de abordagens simplificadas e unidimensionais para modelos analíticos mais complexos e integrados (Baud-Bovy, 1982; Beni, 2004; Butler, 2020; Dredge, 1999; Hall, 2008; Inskip, 1991; Leiper, 1979; Miossec, 1977; Silva, 2013). Os primeiros modelos, predominantemente espaciais e descritivos, focavam-se na distribuição geográfica das atividades turísticas e nos padrões de deslocação dos visitantes, caracterizando-se por uma perspetiva incapaz de captar a natureza dinâmica e evolutiva dos sistemas turísticos.

Esta limitação conceptual foi progressivamente superada pela emergência de modelos sistémicos, que reconhecem o turismo como um fenómeno multidimensional e interativo. Atualmente a literatura apresenta

uma diversidade significativa de modelos e propostas de classificação. Entre os contributos teóricos mais relevantes destacam-se Baud-Bovy (1982), Britton (1982), Butler (2020), Hall (2008), Leiper (1992), Ma & Hassink (2013), Moscardo (2008), Miossec (1977), Oppermann (1993), Padin (2012), Tamayo (2018), entre outros. Entre os modelos que mais se adequam à realidade da maioria dos SIDS, destacam-se os modelos TOURAB (TOURism, Aid and Bureaucracy) e PROFIT (People, Resources, Overseas Engagement, Finance, Institutions, Tourism), predominantes em países insulares das Caraíbas e do Índico; o modelo MIRAB (MIgration, Remittances, Aid, and Bureaucracy), comum no Pacífico e em arquipélagos do Atlântico; e o modelo emergente SITE (Small Island Tourism Economies), associado à crescente dependência do turismo como motor económico (McElroy, 2006; Silva, 2025).

Estes modelos coexistem frequentemente com dois grandes paradigmas turísticos: o turismo multinacional, de carácter exógeno, e o turismo alternativo, de base endógena. O primeiro, dominante nas Caraíbas, Sudeste Asiático e Oceano Índico, estrutura-se em torno do turismo de enclave, de massas ou de luxo; o segundo, mais presente no Pacífico, nas Caraíbas e em alguns SIDS africanos, dá mais peso ao turismo comunitário, ao agroturismo e ao turismo regenerativo. Ainda que não sejam categorias mutuamente exclusivas (Moscardo, 2008; Tamayo, 2018), a distinção entre modelos exógenos (baseados em capital estrangeiro) e endógenos (ancorados em iniciativas locais e na participação comunitária), assume particular relevância na análise do turismo nos SIDS (Rahmafritia *et al.*, 2020).

A literatura identifica diferentes tipologias de modelos de desenvolvimento turístico, embora sem consenso terminológico. É possível identificar categorias como: modelos especializados, espontâneos, exógeno, indutivos, neogénicos, de enclave, fechados, endógenos, de enfoque espacial, sistémicos, tradicional/convencional, integrado e alternativo (Díaz & Rocca, 2017; Hiernaux-Nicolas *et al.*, 2002; Santos, 2007; Silva, 2013; Tamayo, 2018; Torres *et al.*, 2013). A figura 1 apresenta uma síntese e reorganização destas classificações, propondo uma leitura comparativa simplificada.

Nesta sistematização, entende-se que um modelo de desenvolvimento turístico pode assumir um enfoque sistémico e uma expressão mais ou menos espacial, dando origem a formas de desenvolvimento com carácter endógeno, exógeno ou misto. Estas formas concretizam-se em diferentes tipos de turismo: enclave, integrado, alternativo, clássico/massa. Dentro de cada uma destas configurações, é possível identificar distintos níveis de formalidade (Oppermann, 1993) e de especialização (Álvarez Valdez, 2009, citado em Díaz & Rocca, 2017). Os modelos de desenvolvimento são, por sua vez, influenciados por múltiplos fatores, nomeadamente a escala do território, o peso relativo do turismo na economia, o grau de diversificação produtiva e o contexto da economia política vigente.

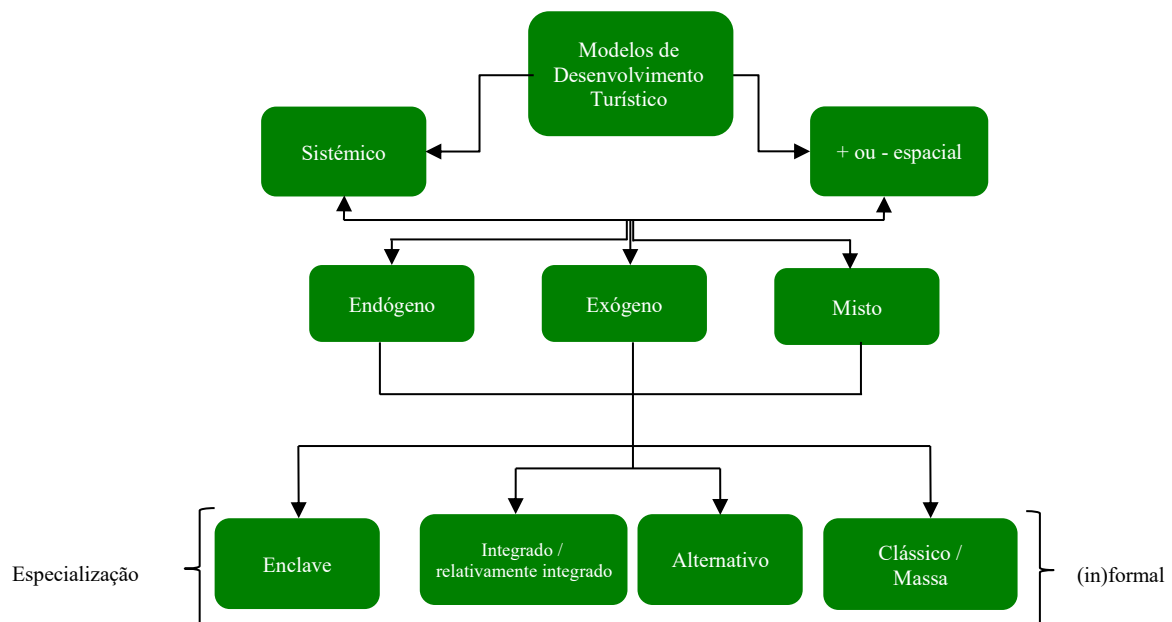


Fig. 1 – Estrutura conceptual que organiza os diferentes modelos de desenvolvimento turístico segundo a sua orientação sistémica, espacial e tipo de turismo.

Fig. 1 – Conceptual framework organizing the different tourism development models according to their systemic orientation, spatial focus, and type of tourism.

Fonte: Os autores

No quadro dos modelos espaciais e normativos do destino turístico, o modelo de Dredge (1999) constitui o principal referencial teórico adotado neste estudo. A autora propõe uma abordagem sistêmica ao planeamento da região de destino, estruturada em componentes interligados: mercados emissores, nós, distritos, rotas de circulação e *gateways*.

Os nós, entendidos como concentrações de atrações e serviços, organizam-se hierarquicamente segundo o seu poder de atração e papel motivacional, podendo o destino assumir configurações de nó único, múltiplos nós ou modelo encadeado. O modelo de Região de Destino de Múltiplos Nós revela-se particularmente pertinente para contextos insulares, ao conceber o destino como um sistema policêntrico de áreas funcionalmente diferenciadas e articuladas. Contudo, a sua aplicação a SIDS exige adaptação às especificidades institucionais, infraestruturais e socioeconómicas destes territórios.

2.2. Turismo nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

Os SIDS constituem uma categoria específica de países caracterizado por um conjunto distintivo de vulnerabilidades estruturais que moldam profundamente as suas trajetórias de desenvolvimento, em geral, e do turismo, em particular (Briguglio, 1995; McElroy, 2006; Moncada *et al.*, 2021; Pratt, 2015; Read, 2008; Stephenson, 2023). Estas vulnerabilidades decorrem de múltiplos fatores, entre os quais se destacam: economias de pequena escala com fraca diversificação setorial; elevada dependência de importações, financiamento e investimento externo; isolamento geográfico e fortes constrangimentos de acessibilidade; baixa produtividade e qualificação dos recursos humanos; e reduzida resiliência às alterações climáticas (Briguglio, 1995; Briguglio & Vella, 2018; Reguero *et al.*, 2019).

Paradoxalmente, algumas destas vulnerabilidades podem ser, simultaneamente, fatores que potenciam a atratividade turística. O isolamento e as características geográficas, a pequena escala e uma estrutura económica e social relativamente tradicional alimentam imaginários ocidentais de "paraísos tropicais" e "refúgios de tranquilidade", associados a experiências de "evasão" e "autenticidade" (Alipour *et al.*, 2020; Belle & Bramwell, 2005; Brito-Henriques, 2009; Currie, 2018; Dodds *et al.*, 2018; Echtner, 2010). Esta dualidade entre a vulnerabilidade estrutural e atratividade turística constitui um paradoxo central que caracteriza o desenvolvimento turístico nos SIDS.

O turismo consolidou-se como o principal setor exportador e fonte de divisas em muitos SIDS, assumindo frequentemente uma importância económica desproporcionada, que gera uma dependência excessiva de um único setor (McElroy, 2003; United Nations Conference on Trade and Development [UNCTAD], 2021).

Representa mais de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) em vários SIDS das Caraíbas e do Pacífico, contrastando com médias globais inferiores a 10% (UNCTAD, 2021; United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States [UN-OHRLLS], 2023). Esta centralidade, embora proporcione oportunidades de crescimento e criação de emprego, acarreta riscos de dependência externa e de vulnerabilidade a choques.

Alguns SIDS registam ainda uma pressão turística muito acentuada sobre os recursos e as comunidades locais. Por exemplo, a intensidade turística (medida pelo rácio entre o número de chegadas de turistas e a população residente) atinge aproximadamente sete em Santa Lúcia, cinco em Palau, e quatro na Dominica e em Grenada. Por contraste, destinos mais afastados dos mercados emissores e rotas turísticas, como São Tomé e Príncipe, apresentam rácios significativamente inferiores (0.2 em 2019) (UNCTAD, 2023; World Bank, 2025a), o que sugere simultaneamente um elevado potencial de crescimento e uma oportunidade para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

Um dos principais desafios estruturais enfrentados pelos SIDS é a fuga sistemática de receitas turísticas, que limita o impacto do setor no desenvolvimento nacional e local. Esta fuga resulta de múltiplos fatores: domínio do capital estrangeiro nas infraestruturas turísticas (hotéis, resorts, companhias aéreas, agências de viagens); dependência de importações para fornecimento de bens e serviços turísticos; e produção local limitada ou dependente de cadeias de valor globais controladas por operadores externos (Britton, 1982; Hampton & Jeyacheya, 2013). Estimativas indicam que, nos SIDS caribenhos, a fuga de receitas turísticas pode variar entre 40% e 85%, dependendo do destino e do modelo de desenvolvimento adotado (Russell, 2020; Sharpley & Telfer, 2015; Telfer, 2015).

Esta dinâmica é particularmente acentuada nos modelos *all-inclusive*, frequentemente organizados como enclaves com ligações reduzidas à economia local. Embora atraiam grandes volumes de turistas e investimento estrangeiro, os efeitos multiplicadores na economia local são limitados e podem acentuar dualismos económicos entre setores "modernos", orientados para o turismo e setores "tradicionais", tendencialmente marginalizados.

2.3. São Tomé e Príncipe: geografia, economia e desenvolvimento turístico

São Tomé e Príncipe é um Estado insular localizado na costa ocidental da África Central, com 1001km² e cerca de 209 607 habitantes. Classificado como um país de desenvolvimento médio (Índice Desenvolvimento Humano – IDH de 0.637 em 2023), continua dependente da ajuda externa e vulnerável a choques externos (Briguglio, 1995; Brito, 2004; International Monetary Fund [IMF], 2022; Loureiro & Ferreira, 2015). A sua economia, tradicionalmente assente na agricultura (cacau, café), tem no turismo um sector em crescimento, com estimativas a apontar para uma contribuição entre 14% e 16% do PIB (IMF, 2022; World Bank, 2025a, 2025b).

O país dispõe de recursos naturais excepcionais. A Ilha do Príncipe, classificada como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO), posiciona-se como um destino de ecoturismo e luxo, conferindo uma distinção única no contexto regional.

O património cultural e histórico – as antigas plantações coloniais de cacau e café conhecidas como "Roças" – representa um património arquitetónico e cultural de elevado potencial, embora subaproveitado. No que tange às infraestruturas e conectividade, as acessibilidades aéreas e marítimas são limitadas e dispendiosas. A rede viária, o fornecimento de energia e água, e o saneamento básico são deficientes, condicionando a qualidade da oferta.

O setor turístico revela uma forte dependência de capital estrangeiro – predominante no Príncipe e correspondente a cerca de 41% em São Tomé (Costa, 2023) –, o que acentua os riscos de fuga de receitas turísticas e limita uma maior integração com a economia local. Estes são desafios característicos dos SIDS (Britton, 1982; Loureiro & Ferreira, 2004, 2015).

3. METODOLOGIA

3.1. Modelo conceptual, definição da amostra e construção dos instrumentos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, ancorada no paradigma interpretativista. A estratégia metodológica escolhida é a de estudo de caso, tendo São Tomé e Príncipe como exemplo representativo das dinâmicas turísticas nos SIDS. Esta opção justifica-se pela necessidade de compreender, de forma holística e contextualizada, como diferentes teorias, políticas e práticas se manifestam num território que combina vulnerabilidades típicas dos SIDS com características contextuais singulares.

A estrutura metodológica da investigação assenta num modelo conceptual que articula três dimensões centrais: o contexto económico e institucional de São Tomé e Príncipe; os modelos de desenvolvimento turístico adotados nas duas ilhas; e as perceções e propostas dos diferentes grupos de *stakeholders*.

A recolha de dados foi operacionalizada através de uma estratégia de triangulação metodológica, combinando três técnicas complementares: revisão da literatura e caracterização do território; aplicação de entrevistas semiestruturadas; e realização de um grupo focal.

A análise documental abrangeu fontes secundárias sobre modelos de desenvolvimento turístico, caracterização dos SIDS e de São Tomé e Príncipe.

Relativamente às entrevistas, a definição da amostra seguiu uma lógica intencional e multietápica, ancorada em duas ferramentas de mapeamento e priorização: o *Rainbow Diagram* (Chevalier & Buckles, 2008), utilizado para identificar atores relevantes por categoria funcional, e a Matriz Poder-Interesse (Freeman, 1984), que permitiu hierarquizar os *stakeholders* em função da sua influência no sector e grau de envolvimento. Com base neste mapeamento, recorreu-se a amostragem intencional, combinando critérios de diversidade, cobertura territorial e técnica de bola de neve.

Este processo resultou na realização de 22 entrevistas semiestruturadas distribuídas por quatro grupos distintos de *stakeholders* (ver anexo 1):

- Representantes do setor público e governamental, incluindo ministérios, institutos e agências públicas com responsabilidades no turismo (identificados pelos códigos PBST para São Tomé e PBPR para Príncipe);
- Representantes do setor privado turístico, incluindo operadores turísticos, hoteleiros e prestadores de serviços (códigos PVST e PVPR);
- Representantes de organizações não-governamentais (ONG) e organizações internacionais ativas no país (códigos ONST e OIST);
- Especialistas e académicos internacionais com *expertise* reconhecida em SIDS e desenvolvimento turístico (códigos ESP seguida das iniciais do nome e apelido).

Face à diversidade de perfis dos entrevistados, foram elaborados dois guiões de entrevista, embora com questões em comum (ver anexo 2). O primeiro, dirigido a atores locais (sector público, privado e sociedade civil), estruturou-se em cinco dimensões analíticas: (i) caracterização dos respondentes; (ii) economia e desenvolvimento de São Tomé e Príncipe; (iii) desenvolvimento do destino turístico e dinâmicas territoriais; (iv) imagem, sustentabilidade e modelo de desenvolvimento turístico; outras questões (questões específicas por grupos de *stakeholders*).

O segundo guião, destinado a especialistas internacionais, abordou três dimensões principais: (i) caracterização dos respondentes; (ii) turismo nos SIDS; (iii) desenvolvimento do destino turístico e dinâmicas territoriais. Ambos os instrumentos foram validados por especialistas externos antes da sua aplicação.

A abordagem qualitativa foi complementada com a realização de um grupo focal com estudantes finalistas do curso de turismo da Universidade de São Tomé e Príncipe, (identificado pelo código GF seguida do P – participante e numeração alfanumérica atribuída a cada intervenção – GF_P1), representando a perspetiva da nova geração sobre o setor e proporcionando contributos sobre expectativas, aspirações e propostas de desenvolvimento turístico.

3.2. Recolha e análise de dados

A recolha de dados decorreu em junho de 2024 e as entrevistas tiveram uma duração média aproximada de 50 minutos, variando entre 40 e 70 minutos. As entrevistas com os *stakeholders* locais foram realizadas presencialmente nas ilhas de São Tomé e do Príncipe, enquanto as entrevistas com especialistas internacionais foram conduzidas por videoconferência, por razões logísticas. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento informado, transcritas na íntegra e tratadas com confidencialidade, sendo utilizados códigos de identificação. O grupo focal foi realizado nas instalações da Universidade de São Tomé e Príncipe, contando com a participação de 19 estudantes finalistas do curso de turismo. Foi seguido um protocolo estruturado, abordando temas como perceções sobre o desenvolvimento turístico atual, expectativas profissionais, visão sobre a sustentabilidade e propostas de melhoria do setor.

Os dados foram analisados com recurso ao software *MaxQDA v.24*, seguindo uma abordagem de análise temática mista.

Numa primeira fase, de natureza dedutiva, as unidades de significado foram organizadas em função das dimensões analíticas previamente definidas no guião de entrevista, que orientam igualmente a organização da apresentação dos resultados.

Numa segunda fase, de natureza indutiva, procedeu-se à identificação de padrões transversais e de categorias emergentes não antecipadas *a priori*. A agregação das categorias baseou-se na recorrência temática entre participantes, na convergência conceptual das unidades de significado e na sua coerência face aos objetivos do estudo. A triangulação de fontes (entrevistas, documentos e grupo focal) reforçou a validade interna e permitiu uma compreensão aprofundada do fenómeno em estudo. A agregação das categorias baseou-se na recorrência temática entre participantes, na convergência conceptual das unidades de significado e na sua coerência interna face aos objetivos do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Estrutura de apresentação dos resultados

A apresentação e discussão dos resultados segue uma estrutura temática, organizada de acordo com as dimensões analíticas que orientaram os guiões de entrevista, excluindo-se a dimensão inicial relativa à caracterização dos respondentes. Em cada dimensão, cruzam-se os contributos dos diferentes instrumentos de recolha de dados (entrevistas com agentes locais, entrevistas com especialistas internacionais e grupo focal com estudantes), articulando-se os resultados empíricos com a revisão da literatura. Esta abordagem permite uma análise crítica e integrada das evidências, favorecendo a triangulação e a compreensão aprofundada do fenómeno em estudo.

4.2. Turismo nos SIDS

Os especialistas internacionais confirmam a literatura ao considerarem que o turismo é atualmente uma via essencial de desenvolvimento económico da generalidade dos SIDS, devido à sua capacidade de gerar emprego e atrair investimento externo, internacionalizar essas economias, numa realidade marcada por isolamento geográfico e limitações estruturais (ESP_BB; ESP_ES; ESP_GB; ESP_JJ; ESP_GB).

Defendem que se verifica uma transição progressiva de modelos massificados para propostas de ecoturismo e turismo de nicho, onde a sustentabilidade, a identidade cultural e a preservação ambiental ganham centralidade. Neste sentido, os especialistas apontam a necessidade de estratégias adaptadas ao contexto local, baseadas em planeamento integrado, capacitação e envolvimento comunitário (ESP_BB; ESP_ES; ESP_JJ).

4.3. Economia e desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

A análise cruzada entre literatura e evidência empírica confirma que São Tomé e Príncipe partilha os desafios comuns a muitos SIDS, nomeadamente uma economia frágil, forte dependência da ajuda externa e elevada vulnerável a choques externos. Os *stakeholders* validam a caracterização da economia como "frágil e deficitária", sendo também confirmados, de forma recorrente, os constrangimentos infraestruturais, a elevada fuga de divisas e de capital humano e a instabilidade política.

Existe ainda um consenso alargado quanto ao turismo ser o setor com maior potencial (14-16% PIB), mas o seu desenvolvimento sustentável requer uma abordagem integrada que enfrente as vulnerabilidades estruturais e fragilidades da governança. A evidência empírica corrobora as conclusões da literatura (Governo de São Tomé e Príncipe, 2022; Hampton & Jeyacheya, 2015, 2020; IMF, 2022), evidenciando a necessidade urgente de políticas coordenadas e orientadas para a sustentabilidade.

4.4. Desenvolvimento do destino turístico e dinâmicas territoriais

Os entrevistados destacaram o contributo efetivo do turismo para a economia nacional e local, mas simultaneamente alertaram para o facto de esse contributo ser muito limitado pela fuga de capitais e porque uma parte significativa do rendimento ficar ou sair para o exterior, o que limita os benefícios locais. O aumento do empreendedorismo local foi visto como sinal positivo, mas este enfrenta dificuldades como o fraco acesso ao crédito, cultura empresarial ainda pouco desenvolvida e a fraca capacidade competitiva e para desenvolver serviços de qualidade (PRST003; ONST001; OIST001; PRST001).

Foi ainda destacado o importante papel do turismo na criação de empregos diretos e indiretos, com efeitos positivos em setores como a agricultura e as pescas. No entanto, persistem preocupações sobre a qualidade dos empregos e os baixos salários (PBST001; PBPR001; ESP_ES; ESP_JJ; GF_P1). A falta de profissionais qualificados no setor é um problema crítico, agravado pela emigração de quadros (*brain drain*), muito característico das economias MIRAB (Bertram & Poirine, 2007; Bertram, 2006; Connell, 2007).

Apesar da criação da Escola Profissional de Turismo e Hotelaria, os esforços de formação ainda são insuficientes (ONST002; PVPR001; PVST001; PVST003). Os entrevistados destacaram que as principais vantagens competitivas de São Tomé e Príncipe residem nos seus recursos naturais excepcionais, biodiversidade única, património cultural e tradição de hospitalidade. A segurança, especialmente na Ilha do Príncipe, foi também apontada como um fator diferenciador. A autenticidade da experiência turística, as praias pouco exploradas e o ambiente natural preservado foram referidos por diversos participantes como grandes atrativos (PVST001; PBST001). Contudo, para PBST001, o desenvolvimento do turismo depende do próprio desenvolvimento e modernização do país, perspectiva que vai ao encontro da literatura (Babu, 2008; UNWTO, 2022).

As limitações de infraestruturas e a fraca conectividade aérea e marítima que compromete o acesso ao destino e a logística de bens e serviços, foram identificados como os principais obstáculos ao desenvolvimento turístico (PBPR001; PVPR001, PVPR003; OIST001; OIST002; PBPR002; GF_P2; ESP_ES; ESP_GB; ESP_BB), à semelhança do que é evidenciado em alguns relatórios sobre a economia do país (Governo de São Tomé e Príncipe, 2022; IMF, 2022).

A oferta turística atual é considerada limitada, com oferta de produtos e serviços turísticos insuficientes, pouco diversificados e muita de fraca qualidade (PVST004; PBST001; PVST003; PVST002). A herança histórica, que se materializa por exemplo com alguns monumentos e nas antigas roças, foi identificada como um recurso valioso. Contudo, muito do património histórico material encontram-se em avançado estado de degradação (ONST002; PVST003). Esta perspectiva foi igualmente abordada pela ESP_JJ referindo que muitas *plantation houses*, em algumas ilhas das Caraíbas, foram recuperadas e constituem um importante património turístico.

Foram identificados vários polos turísticos nas ilhas, nomeadamente: a Ilha do Príncipe, a zona Sul de São Tomé (incluindo o Ilhéu das Rolas), a zona Norte, a cidade de São Tomé e o interior da ilha. No entanto, os *stakeholders* destacaram que estes polos enfrentam constrangimentos significativos: como uma fraca conectividade, estradas degradadas, saneamento básico insuficiente, fornecimento instável de água e energia, fraca infraestrutura turística, e o facto da cidade de São Tomé ter muitas zonas bastante degradadas.

É todo um conjunto de desafios que limitam a qualidade dos serviços e comprometem a sua competitividade (PVPR003; PBST001; PVST002; PVST001). Estes constrangimentos foram igualmente abordados na sessão de grupo focal (GF_P1,5,8) e por especialistas (ESP_GB; ESP_JJ; ESP_ES; ESP_BB).

4.5. Imagem, sustentabilidade e modelo de desenvolvimento turístico

O modelo de desenvolvimento turístico atual enquadra-se conceptualmente na proposta de Dredge (1999), sobre a "Região de destino de Múltiplos Nós", que caracteriza os destinos insulares como sistemas policêntricos, nos quais diferentes ilhas ou áreas desempenham funções hierarquicamente diferenciadas e complementares. A análise comparativa entre os elementos preconizados por este modelo e a realidade observada revela uma disfuncionalidade significativa, decorrente, por um lado, da inexistência de um Plano de Ordenamento Turístico devidamente enquadrado e, por outro, da limitada eficácia na implementação dos planos e políticas anunciados, frequentemente desconsiderados pelos decisores e atores locais, o que contribui para o agravamento dos problemas previamente identificados (ver secção 2.3).

Embora o modelo de Dredge (1999) tenha sido concebido com aplicabilidade a contextos insulares, a sua operacionalização exige capacidades institucionais robustas, mecanismos eficazes de coordenação interinstitucional e infraestruturas de conectividade adequadas, requisitos cuja operacionalização continua comprometida no atual contexto institucional e infraestrutural do país. As entrevistas realizadas evidenciam uma dicotomia significativa entre as duas ilhas que compõem o arquipélago. A ilha de São Tomé apresenta um modelo de desenvolvimento turístico fragmentado, não planeado estrategicamente, com polos turísticos desarticulados e sem uma lógica de integração territorial (PBST001; PVST003; PBPR001; OIST001; PVST001).

Em contrapartida, a ilha do Príncipe é caracterizada por um modelo de desenvolvimento exógeno, alicerçado em investimento estrangeiro, com forte orientação para o turismo de luxo e a conservação ambiental, beneficiando do reconhecimento internacional enquanto Reserva da Biosfera da UNESCO (PVST001; PBST001). Esta assimetria entre as duas ilhas contraria as orientações de diversos especialistas, que defendem um modelo de desenvolvimento integrado, equilibrado e cooperativo entre os dois territórios insulares (ESP_GB; ESP_JJ; ESP_ES; ESP_RB). Perante esta dualidade, os *stakeholders* identificam três modelos de desenvolvimento possíveis: endógeno, baseado em iniciativas locais; exógeno, dependente de investimento estrangeiro; e híbrido, combinado os anteriores (ver Quadro I).

Quadro I – Características comparadas dos modelos de desenvolvimento turístico endógeno, exógeno e híbrido.

Quadro I – Comparative characteristics of endogenous, exogenous and hybrid tourism development models.

Dimensões	Modelo Endógeno	Modelo Exógeno	Modelo Híbrido
Fonte de capital	Local	Estrangeiro	Misto
Controlo	Comunidade local	Investidores estrangeiros	Partilhado
Escala	Geralmente pequena	Potencialmente grande	Variada
Impacto cultural	Preservação	Risco de diluição	Equilibrado
Retenção de lucros	Alta	Potencialmente baixa	Moderada
Expertise técnica	Limitada	Alta	Moderada a alta
Autenticidade	Alta	Potencialmente baixa	Moderada a alta

Fonte: Os autores

A maioria manifesta preferência pelo modelo híbrido, por equilibrar capital externo e participação local (ONST001; PVPR001; ONST001; ONST002; PBST001; GF_P1,3,5; ESP_BG; ESP_ES; ESP_JJ). As principais diferenças entre estes três modelos encontram-se sintetizadas no quadro I. Aqueles que advogam pelo modelo híbrido justificam a sua escolha com base na necessidade de garantir sustentabilidade, diversificação da oferta, maior retorno para a comunidade local e superar a limitação de recursos, nomeadamente os financeiros: "There is nothing you can do. You need foreign investment" (PVPR001). Perspetiva partilhada por ONST001, que refere: "o empresário local não tem capacidades para satisfazer esse nível de exigência nem mesmo o Estado. Os grandes investimentos são estrangeiros".

Importa também referir que alguns *stakeholders* defendem o modelo exógeno, salientando a maior capacidade das grandes empresas internacionais para controlar o mercado, implementar estratégias de *marketing*, assegurar padrões de qualidade e promover formação contínua. Consideram ainda que estas empresas dispõem de melhores condições para mitigar os impactos negativos das suas atividades e garantir

práticas sustentáveis. Em contraste, o crescimento desregulado das plataformas digitais de alojamento tem gerado vários problemas, enquanto as pequenas unidades locais enfrentam limitações significativas de capital e de gestão, o que dificulta a adoção, manutenção e difusão de práticas sustentáveis, bem como a sua capacidade de influenciar a procura (PVPR003). Por outro lado, há ainda especialistas que advogam por um modelo puramente endógeno, mesmo reconhecendo a limitada capacidade deste em gerar fluxos financeiros sustentáveis, nomeadamente ao nível das receitas e da rentabilidade do investimento (ESP_BB).

No que diz respeito aos modelos de referência para São Tomé e Príncipe, as perspetivas dos especialistas são divergentes. O especialista ESP_RB posiciona-se contra a adoção de modelos específicos, sublinhando a importância de centrar a atenção nos objetivos desejados e nas particularidades locais:

Forget about specific models, focus on what is wanted, at what level, and of what type. Avoid conflicting types of development, avoid or limit foreign influences, and be firm with transport agencies in the level of access, e.g. to cruise lines, which are allowed (ESP_RB).

Embora reconheça que as Ilhas Shetland não integram o grupo dos SIDS, ESP_RB aponta este território como um exemplo interessante de gestão bem-sucedida do desenvolvimento. Por sua vez, ESP_ES menciona Cabo Verde no que respeita à valorização do capital humano; ESP_GB destaca as Maurícias e as Seicheles; e ESP_JJ refere também as Seicheles, acrescentando Trindade e Tobago como o caso que, na sua opinião, mais se aproxima da realidade de São Tomé e Príncipe. No entanto, importa ressaltar que estas ilhas possuem maior capacidade para selecionar o tipo de investimento e o modelo de desenvolvimento a adotar, pois beneficiam de uma economia assente na exploração petrolífera.

Além disso, vários dos entrevistados apontam inúmeros desafios associados a governação: fraca capacidade de planeamento e de implementação das políticas, ausência de instrumentos eficazes de gestão de destinos, instabilidade política e descontinuidade de políticas públicas (ONST001; PBST001; PVST003; GF_P1,2). Os recursos naturais e culturais do país permanecem subexplorados, e os graves constrangimentos infraestruturais limitam a qualidade da experiência turística e a competitividade internacional (PBST001; PVPR003; PVST002). Investidores estrangeiros acabam por assumir responsabilidades públicas, agravando a pressão sobre os projetos turísticos:

You need to invest in your project that you're specifically investing on, but you also then need to invest in the foundation of your concept in terms of your infrastructure, and then as well, the massive social obligation that is present in these small islands that have no minerals or resources to sell, no GDP (PVPR001).

Numa linha semelhante, PVPR003 acrescenta:

Enfrentamos um problema sério relativamente à viabilidade dessa empresa, pois, em diversas ocasiões, quando ocorre uma avaria no avião, não é apresentada qualquer solução, o que resulta em semanas sem ligação aérea entre as ilhas. Esta situação compromete a viabilidade do serviço e reduz a confiança das pessoas em viajar para o Príncipe (PVPR003).

Não menos relevante são os desafios associados às desigualdades sociais e ao desenvolvimento. No caso concreto do Príncipe, persistem desigualdades profundas, sendo referido por um dos entrevistados que uma parte muito significativa da população vive em situação de grande precariedade, sem garantia de acesso regular a alimentos (PVPR001). Esta realidade ilustra como o crescimento económico associado ao turismo não se traduz, por si só, num desenvolvimento social justo e inclusivo. A situação é ainda agravada pela concentração de poder numa pequena elite local, que influencia de forma determinante o rumo do desenvolvimento da ilha.

4.6. Outras questões específicas por grupos de stakeholders

Os entrevistados enfatizam a urgência de promover a diversificação da base económica nacional, com destaque para os setores estratégicos como a agricultura, as pescas e a economia azul (PBST001; PBST004; GF_P1; ESP_GB; ESP_ES_RB). Por sua vez, a fraca integração entre setores compromete a criação de cadeias de valor locais e potencia efeitos inflacionistas (PBST004).

A visão política para o turismo revela-se incipiente e desprovida de continuidade, sendo frequentemente desarticulada por sucessivas mudanças governativas (PBST001; PBST002; ESP_ES; GF_P4). A falta de coordenação intersectorial agrava esta limitação, contrastando com a maior estabilidade observada na ilha do Príncipe (PBPR001). Vários dos investimentos anunciados não são concretizados ou sofre sucessivos adiamentos, evidenciando um desfasamento entre a formulação das políticas e a sua efetiva implementação. Consta-se, igualmente, uma priorização das estratégias de *marketing* em detrimento de um verdadeiro Plano de Ordenamento Turístico e de investimentos infraestruturais estruturantes (PBST001). Neste contexto, a pertinência e eficácia da atual estratégia de comunicação também são questionadas, como ilustrado por PBST001: “Fomos para Sérvia um mercado que não nos diz nada”. As câmaras distritais apresentam competências reduzidas no planeamento turístico, devido à excessiva centralização governativa (PBST002; PBST003).

O país continua pouco atrativo para investidores internacionais, devido a riscos elevados, instabilidade, limitações logísticas e jurídicas (PVST003; PBST001; PVST001; ONST002). O setor privado aposta na formação, mas enfrenta limitações estruturais, fuga de mão de obra qualificada e concorrência informal (PVST001; PVST003). Além disso, revela dificuldades associadas à sazonalidade, sobretudo na ilha do Príncipe. Para o PVPR002, as “pessoas precisam de ser educadas, pensam que quando chove não é bom, muito pelo contrário”. Por sua vez, PVPR001, defende uma mudança de foco do mercado, apostando mais na qualidade do que na quantidade. Esta perspetiva contrasta com a de PBPR001, que argumenta: “precisamos neste momento de mais hotéis de duas, três estrelas no Príncipe”.

As ONGs contribuem com iniciativas relevantes, embora dependam de financiamento externo e careçam de mecanismos eficazes de monitorização (ONST001; ONST002). Apesar da sua intervenção em domínios associados ao turismo sustentável, a ausência de indicadores claros e sistemáticos para avaliar a sustentabilidade das suas ações levanta questões pertinentes sobre a sua eficácia e o real impacto gerado.

5. CONCLUSÕES

Esta investigação propõe uma análise crítica do modelo de desenvolvimento turístico em São Tomé e Príncipe enquadrando-o nas dinâmicas mais amplas dos SIDS. Em coerência com os objetivos definidos na introdução, nomeadamente analisar os modelos dominantes, avaliar as suas implicações territoriais e propor uma alternativa estratégica, a análise empírica evidenciou a coexistência de dois modelos contrastantes: um modelo fragmentado, com baixa regulação e que tem promovido a informalidade na ilha de São Tomé; e um modelo orientado para a sustentabilidade, mas fortemente dependente de capital externo, na ilha do Príncipe.

Esta dualidade resulta, em grande medida, da ausência de uma estratégia nacional integrada, multisectorial e participativa, gerando assimetrias significativas entre ilhas, entre polos turísticos dentro de cada território e entre setores económicos com diferentes níveis de integração na cadeia de valor do turismo.

Os dados recolhidos revelam que, apesar da existência de planos estratégicos e de orientações políticas declaradas, o setor turístico permanece desarticulado, sem coordenação institucional eficaz, com limitada capacitação interna e uma acentuada dependência de recursos e *know-how* externos. Este quadro limita a capacidade de o turismo assumir plenamente o seu papel como motor de desenvolvimento socioeconómico inclusivo e sustentável, acentuando desigualdades territoriais e restringindo a captação local dos benefícios gerados pela atividade turística.

Considerando que o modelo atualmente prevalecente se aproxima do proposto por Dredge (1999), e que a sua adaptação às especificidades locais pode posicionar o país numa trajetória de economia orientada para o turismo (economia SITE), propõe-se o MDIS-STP como alternativa estratégica para a construção de uma economia mais diversificada e resiliente. Este modelo assenta numa lógica sistémica e híbrida, articulando o turismo com setores como a agricultura, a economia azul e a logística regional, sustentado por uma estrutura de governação colaborativa e territorialmente enraizada.

Embora reconheça a necessidade de investimento e *know-how* internacional, sublinha a centralidade da participação local, da diversificação produtiva e da valorização dos recursos endógenos.

Ao integrar princípios de sustentabilidade (ambiental, social e cultural), inclusão e resiliência institucional, o MDIS-STP constitui uma proposta potencialmente replicável noutros SIDS que enfrentam desafios semelhantes, como a insularidade, a fragmentação territorial e a vulnerabilidade estrutural. Como assinalou um dos especialistas entrevistados, “diversification is super important. Do not put all your eggs in the tourism basket” (ESP_GB).

A nível teórico, este estudo oferece quatro contributos principais para o campo dos estudos de turismo em contextos dos SIDS:

1. A aplicação crítica do modelo da “Região de Destino de Múltiplos Nós” ao caso de São Tomé e Príncipe demonstrou que, em contextos marcados por fraca institucionalidade e limitada coordenação intergovernamental, a sua aplicabilidade é reduzida. Propõe-se, por isso, a sua reformulação teórica, incorporando dimensões de sustentabilidade, resiliência adaptativa e governação colaborativa, superando a sua orientação predominantemente infraestrutural e espacial.
2. O MDIS-STP constitui uma proposta inovadora que ultrapassa os modelos tradicionais de desenvolvimento turístico. A sua natureza sistémica e modular valoriza a articulação entre setores estratégicos, a territorialização das políticas públicas e a centralidade da governação partilhada, favorecendo a replicabilidade noutros contextos insulares.
3. O modelo proposto representa uma transição de uma abordagem centrada no crescimento económico para uma perspetiva transformadora e multidimensional do desenvolvimento turístico em SIDS.
4. Inspirado em princípios do pós-desenvolvimento, o MDIS-STP promove a autonomia local, a resiliência comunitária e a redução da dependência de modelos exógenos.


Apesar da sua relevância teórica e empírica, o estudo apresenta algumas limitações que importa reconhecer: dificuldades na aplicação de uma abordagem mista com recurso a inquéritos; constrangimentos logísticos no acesso a entrevistados e na realização do grupo focal; e complexidade da análise multinível (macro e micro). Com base nas lacunas identificadas, sugerem-se três eixos prioritários para investigação futura: (i) aprofundamento quantitativo através de estudos de perceção e impacto; (ii) análises longitudinais que acompanhem a evolução do setor; e (iii) estudos intersectoriais sobre integração económica e planeamento territorial. Estes caminhos poderão contribuir para um conhecimento mais robusto e para a formulação de políticas públicas mais eficazes e territorialmente ajustadas. Em última análise, trata-se de garantir que o turismo contribua, de forma estruturada e sustentável, para melhorar a qualidade de vida das populações locais e reforçar a resiliência dos territórios insulares face aos desafios globais.

CONTRIBUTOS DOS AUTORES

Anderson da Silva: Metodologia, Investigação, Curadoria de dados, Redação – preparação do esboço original, Visualização. **Francisco Silva:** Conceptualização, Metodologia, Validação, Redação – revisão e edição, Supervisão.

ORCID

Anderson da Silva  <https://orcid.org/0000-0003-1716-2041>

Francisco Silva  <https://orcid.org/0000-0002-9742-7339>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alipour, H., Olya, H. G. T., Maleki, P., & Dalir, S. (2020). Behavioral responses of 3S tourism visitors: Evidence from a Mediterranean Island destination. *Tourism Management Perspectives*, 33, 100624. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2019.100624>
- Babu, S. S. (2008). Tourism development and its emerging paradigms: A synthesis. In S. S. Babu, S. Mishra, & B. B. Parida (Eds.), *Tourism development revisited: Concepts, issues and paradigms* (pp. 177-197). Sage Publications.
- Baud-Bovy, M. (1982). New concepts in planning for tourism and recreation. *Tourism Management*, 3(4), 308-313. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(82\)90056-5](https://doi.org/10.1016/0261-5177(82)90056-5)
- Belle, N., & Bramwell, B. (2005). Climate Change and Small Island Tourism: Policy Maker and Industry Perspectives in Barbados. *Journal of Travel Research*, 44(1), 32-41. <https://doi.org/10.1177/0047287505276589>
- Beni, M. (2004). Turismo: da economia de serviços à economia da experiência [Tourism: from service economy to the experience economy]. *Turismo – Visão e Ação*, 6(3), 295-305. <https://doi.org/10.14210/rtva.v6n3.p295>
- Bertram, G. (2006). Introduction: The MIRAB model in the twenty-first century. *Asia Pacific Viewpoint*, 47(1), 1-13. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8373.2006.00296.x>
- Bertram, G., & Poirine, B. (2007). Island Political Economy. In G. Baldacchino (Eds.), *A world of Islands: An Island studies reader* (pp. 323-376). Institute of Island Studies.

- Briguglio, L. (1995). Small island developing states and their economic vulnerabilities. *World Development*, 23(9), 1615-1632. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(95\)00065-K](https://doi.org/10.1016/0305-750X(95)00065-K)
- Briguglio, L., & Vella, M. (2018). Trade openness, volatility and governance. In L. Briguglio (Ed.), *Handbook of small states: Economic, social and environmental issues* (pp. 42-52). Routledge.
- Brito, B. R. (2004). *Turismo Ecológico: Uma via para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe [Ecotourism: A Pathway to the Development of São Tomé and Príncipe]*. [Tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]. Repositório da Universidade Autónoma de Lisboa. <https://repositorio.grupoautonoma.pt/entities/publication/decc80e9-192e-4061-8f11-930de2f8fe42/full>
- Brito-Henriques, E. (2009). *Distância e conexões: Insularidade, relações culturais e sentido de lugar no espaço da Macaronésia [Distance and connections: Insularity, cultural relations and sense of place in the Macaronesian space]*. Instituto Açoriano de Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Britton, S. G. (1982). The political economy of tourism in the third world. *Annals of Tourism Research*, 9(3), 331-358. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(82\)90018-4](https://doi.org/10.1016/0160-7383(82)90018-4)
- Butler, R. W. (2020). Tourism carrying capacity research: A perspective article. *Tourism Review*, 75(1), 207-211. <https://doi.org/10.1108/TR-05-2019-0194>
- Chevalier, J. M., & Buckles, D. (2008). *SAS²: A guide to collaborative inquiry and social engagement*. SAGE Publications.
- Cohen, E. (2020). Turizam Malih Otoka: Kritički Osvrt [Small Islands Tourism: A review]. *Acta turistica*, 32(2), 169-183. <https://doi.org/10.22598/at/2020.32.2.169>
- Connell, J. (2007). Islands, idylls and the detours of development. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 28(2), 116-135. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9493.2007.00284.x>
- Costa, A. (2023, abril). *Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe 2018-2025: Avaliação Intermédia*. [Strategic and Marketing Plan for Tourism in São Tomé and Príncipe 2018-2025: Midterm evaluation]. Direção Geral do Turismo e Hotelaria. <https://visitsaotomeprincipe.st/stp-pemt-revisao-intermedia-consulta-publica-abril-2023.pdf>
- Currie, S. (2018). Beyond a 3s Approach to Marketing Island Nations? Destination Marketing and Experiences from Timor-Leste. *The Contemporary Pacific*, 30(2), 438-459. <https://doi.org/10.1353/cp.2018.0034>
- Díaz, E. A., & Rocca, A. (2017). *Una perspectiva sobre los modelos de desarrollo turístico: Estudio de casos [A Perspective on Tourism Development Models: Case Study]*. [Tesis doctoral, Universidad El Bosque]. Repositorio de la Universidad El Bosque. <https://repositorio.unbosque.edu.co/items/bf3ab087-7cae-4c7d-9edf-abf61fde05f7>
- Dodds, R., Dimanche, F., & Sadowski, M. (2018). Planning for growth in islands: the case of Cuba. In M. McLeod, & R. Croes (Eds.), *Tourism management in warm-water island destinations: Systems and strategies* (pp. 95-107). CABI. <https://doi.org/10.1079/9781786390929.0095>
- Dredge, D. (1999). Destination place planning and design. *Annals of Tourism Research*, 26(4), 772-791. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(99\)00007-9](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(99)00007-9)
- Echtner, C. M. (2010). Paradise Without People: Exclusive Destination Promotion. *Tourism Culture & Communication*, 10(2), 83-99. <https://doi.org/10.3727/109830410X12815527582747>
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman.
- Governo de São Tomé e Príncipe. (2022). Relatório nacional voluntário sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável [Voluntary National Report on the Implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development]. Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. <http://www.stpdados.info/library/relatorio-nacional-voluntario-2022>
- Hall, C. M. (2008). *Tourism planning: Policies, processes and relationships* (2nd ed). Pearson.
- Hampton, M. P., & Jeyacheya, J. (2013). *Tourism and inclusive growth in small island developing states*. Commonwealth Secretariat.
- Hampton, M. P., & Jeyacheya, J. (2015). Power, Ownership and Tourism in Small Islands: Evidence from Indonesia. *World Development*, 70, 481-495. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.12.007>
- Hampton, M. P., & Jeyacheya, J. (2020). Tourism-Dependent Small Islands, Inclusive growth, and the blue economy. *One Earth*, 2(1), 8-10. <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2019.12.017>
- Hiernaux-Nicolas, D., Cordero, A., & Montijn, L. D. (2002). *Imaginosos sociales y turismo sostenible [Social Imaginaries and Sustainable Tourism]*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO).
- Inskip, E. (1991). *Tourism planning: An integrated and sustainable development approach*. Van Nostrand Reinhold.
- International Monetary Fund. (2022). *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: Selected Issues*. IMF Country Report No. 22/96. <https://www.imf.org/en/publications/cr/issues/2022/04/01/democratic-republic-of-so-tom-and-prncipe-selected-issues-515974>

- Leiper, N. (1992). *Whole tourism systems: Interdisciplinary perspectives on structures, functions, environmental issues and management*. [Doctoral thesis, Faculty of Business Studies, University of New Zealand]. Massey University. <https://mro.massey.ac.nz/items/c24871ca-7116-482d-90cb-8399b4f5f2de/full>
- Leiper, N. (1979). The framework of tourism. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390-407. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(79\)90003-3](https://doi.org/10.1016/0160-7383(79)90003-3)
- Loureiro, S. M. C., & Ferreira, E. S. (2015). Tourism destination competitiveness in São Tomé and Príncipe. *Anatolia*, 26(2), 217-229. <https://doi.org/10.1080/13032917.2014.934700>
- Loureiro, S. M. C., & Ferreira, E. S. (2004). Tourism in São Tomé and Príncipe: The forgotten pearl. *Journal of Tourism and Development*, 21/22(3), 229-238. <https://doi.org/10.34624/rtd.v3i21/22.12043>
- Ma, M., & Hassink, R. (2013). An evolutionary perspective on tourism area development. *Annals of Tourism Research*, 41, 89-109. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2012.12.004>
- McElroy, J. L. (2003). Tourism development in small islands across the world. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 85(4), 231-242. <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2003.00145.x>
- McElroy, J. L. (2006). Small island tourist economies across the life cycle. *Asia Pacific Viewpoint*, 47(1), 61-77. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8373.2006.00303.x>
- Mihalič, T. (2015). Tourism and economic development issues. In R. Sharpley, & D. J. Telfer (Eds.), *Tourism and development: Concepts and issues* (pp. 77-117). Channel View Publications.
- Miossec, J.-M. (1977). Un modèle de l'espace touristique [A model of the tourist space]. *L'Espace géographique*, 6(1), 41-48. <https://doi.org/10.3406/spgeo.1977.1690>
- Moncada, S., Briguglio, L., Bambrick, H., Kelman, I., Iorns, C., & Nurse, L. (2021). *Small island developing states: Vulnerability and resilience under climate change*. Springer.
- Moscardo, G. (2008). *Building community capacity for tourism development*. CABI.
- Novelli, M. (2005). *Niche tourism: Contemporary issues, trends and cases* (1st ed.). Elsevier.
- Oppermann, M. (1993). Tourism space in developing countries. *Annals of Tourism Research*, 20(3), 535-556. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(93\)90008-Q](https://doi.org/10.1016/0160-7383(93)90008-Q)
- Padin, C. (2012). A sustainable tourism planning model: Components and relationships. *European Business Review*, 24(6), 510-518. <https://doi.org/10.1108/09555341211270528>
- Pratt, S. (2015). The economic impact of tourism in SIDS. *Annals of Tourism Research*, 52, 148-160. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.03.005>
- Rahmafritra, F., Pearce, P. L., Oktadiana, H., & Putro, H. P. H. (2020). Tourism planning and planning theory: Historical roots and contemporary alignment. *Tourism Management Perspectives*, 35, 100703. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2020.100703>
- Read, R. (2008). Foreign direct investment in small island developing states. *Journal of International Development*, 20(4), 502-525. <https://doi.org/10.1002/jid.1477>
- Reguero, B. G., Losada, I. J., & Méndez, F. J. (2019). A recent increase in global wave power as a consequence of oceanic warming. *Nature Communications*, 10(1), 205. <https://doi.org/10.1038/s41467-018-08066-0>
- Russell, C. D. (2020). *Addressing leakages between the tourism hotel sector and other sectors in the Bahamas* [Doctoral thesis, College of Management and Technology, Walden University]. Walden University. <https://scholarworks.waldenu.edu/dissertations/9638/>
- Santos, G. E. O. (2007). Modelos teóricos aplicados al turismo [Theoretical Models Applied to Tourism]. *Estudios y perspectivas en turismo*, 16(1), 96-110. https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322007000100005&lng=es&tlng=es
- Scheyvens, R., & Momsen, J. H. (2008). Tourism and poverty reduction: Issues for Small Island States. *Tourism Geographies*, 10(1), 22-41. <https://doi.org/10.1080/14616680701825115>
- Sharpley, R. (2020). Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(11), 1932-1946. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1779732>
- Sharpley, R., & Telfer, D. J. (2015). *Tourism and development: Concepts and issues* (2nd ed.). Channel View Publications.
- Silva, A. (2025). *Modelos de desenvolvimento turístico nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento: Estudo de caso de São Tomé e Príncipe* [Tourism development models in Small Island Developing States: The case of São Tomé and Príncipe]. [Tese de doutoramento, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/637563d6-37bd-4431-a9d4-2f78f25c79d2>
- Silva, F. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores* [Nature-based tourism as the foundation of responsible tourism development in the Azores]. [Tese de doutoramento, Instituto de Geografia e

- Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa]. Repositório Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/2a4acbcd-f7bc-4c66-9f79-5c8ccbc44e36>
- Stephenson, M. L. (2023). *Routledge handbook on tourism and small island states in the Pacific*. Routledge.
- Tamayo, N. P. (2018). *Modelo de desarrollo turístico sostenible. Caso de estudio: Baños de Agua Santa* [Sustainable tourism development model: Case study of Baños de Agua Santa]. [Tesis doctoral, Facultad de Hospitalidad y Servicios, Universidad Tecnológica Equinoccial]. Repositorio de la Universidad Tecnológica Equinoccial. <https://repositorio.ute.edu.ec/entities/publication/b95f2a66-0191-4f43-9630-2bb5f766960f>
- Telfer, D. J. (2015). Tourism and Regional Development Issues. In R. Sharpley, & D. J. Telfer (Eds.), *Tourism and development: Concepts and issues* (pp. 140-177). Channel View Publications. <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.21832/9781845414740-007/html>
- Torres, A. G. G., Flores, S. M. L. M., Serrano, J. I. B., Ceja, E. S., & Ramos, E. M. (2013). *Análisis del sector turístico como clave para la definición de estrategias de mitigación y adaptación al cambio climático en la costa de Nayarit* [Analysis of the Tourism Sector as a Key Element for Defining Mitigation and Adaptation Strategies to Climate Change on the Coast of Nayarit]. EUMED. https://www.eumed.net/libros-gratis/2014/1361/#google_vignette
- United Nations Conference on Trade and Development. (2023). *Country Profile General Profile*. UNCTAD. <https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/132/index.html>
- United Nations Conference on Trade and Development. (2021). *Building Resilience in small island developing States*. UNCTAD. https://unctad.org/system/files/official-document/aldcinf2022d2_en.pdf
- United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States. (2023). *Financing for development of small island developing states*. UN-OHRLLS. https://www.un.org/ohrls/sites/www.un.org.ohrls/files/financing_for_development_for_sids_report_advance_unedited.pdf
- United Nations World Tourism Organization. (2022). *Global and regional tourism performance*. UNWTO. <https://www.unwto.org/tourism-data/global-and-regional-tourism-performance>
- United Nations World Tourism Organization. (2012). *Challenges and opportunities for tourism development in small island developing states*. UNWTO.
- World Bank Group. (2025a). *São Tomé and Príncipe Circular Economy Diagnostic*. WBG. <http://hdl.handle.net/10986/42630>
- World Bank Group. (2025b). *São Tomé e Príncipe*. WBG. <https://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe>
- World Bank Group. (2023). *Population density (people per sq.km of land area)*. WBG. <https://data.worldbank.org/indicator/EN.POP.DNST?view=chart>

ANEXOS

Anexo I – Entrevistas: Amostra

Quadro I – Amostra considerada nas entrevistas (Participantes das Entrevistas por Grupo, Função e Localização).

Table I – Sample considered in the interviews (Interview Participants by Group, Role and Location).

Localização	Grupo	Função	Código
Ilha de São Tomé	Público	Ex-Dirigente da Administração Pública	PBST001
Ilha de São Tomé	Público	Autarca	PBST002
Ilha de São Tomé	Público	Autarca	PBST003
Ilha de São Tomé	Público	Economista	PBST004
Ilha do Príncipe	Público	Dirigente da Administração Pública	PBPR001
Ilha do Príncipe	Público	Assessor da Administração Pública	PBPR002
Ilha de São Tomé	Privado	Proprietário de Hotel	PVST001
Ilha de São Tomé	Privado	Diretora de Hotel	PVST002
Ilha de São Tomé	Privado	Proprietário de Empreendimento Turístico	PVST003
Ilha de São Tomé	Privado	Gestor da Agência de Viagens	PVST004
Ilha do Príncipe	Privado	CEO de Empreendimento Turístico	PVPR001
Ilha do Príncipe	Privado	Diretor-Geral de Empreendimento Turístico	PVPR002
Ilha do Príncipe	Privado	Dirigente de Sustentabilidade de Empreendimento Turístico	PVPR003
Ilha do Príncipe	Privado	Presidente da Associação de Profissionais de Turismo	PVPR004
Ilha de São Tomé	Org. Internacional	Dirigente do Banco Mundial	OIST001
Ilha de São Tomé	ONG	Representantes da ONG	ONST001
Ilha de São Tomé	ONG	Fundador e Presidente da ONG	ONST002
Ilha do Príncipe	ONG	Diretor Executivo da ONG	ONPR005
Ilha de São Tomé	Estudantes	Grupo Focal	GF_P1,2,3...19
Malta, Valeta	Especialista	Professor Universitário, área de Sociologia	ESP_GB
Portugal, Lisboa	Especialista	Professor Universitário, área de Economia e Desenvolvimento do Turismo	ESP_ES
Reino Unido, Glasgow	Especialista	Professor Universitário, área de Gestão	ESP_RB
Reino Unido, Manchester	Especialista	Professor Universitário, área de Desenvolvimento Internacional	ESP_JJ
Portugal, Lisboa	Especialista	Professor Universitário, área de Relações Internacionais	ESP_BB

Fonte: Os autores.

Anexo II – Guião dos questionários das entrevistas

Questionário aplicado aos grupos de *stakeholders* na ilha de São Tomé e do Príncipe

D 1 – Caracterização dos respondentes

1. Pode falar-nos um pouco sua formação, profissão atual, entidade que representa, e ligação que tem com o setor do turismo em São Tomé e Príncipe?

D 2 – Economia e desenvolvimento de São Tomé e do Príncipe

2. Como caracteriza a economia e o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe? Quais os principais constrangimentos e desafios ao desenvolvimento do país e quais os setores que apresentam maior potencial para contribuir para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe?

D 3 – Desenvolvimento do destino turístico e dinâmicas territoriais

3. Pode nos falar sobre o desenvolvimento do setor turístico no país e a importância do mesmo para a economia e sociedade são-tomense?

4. Na sua opinião, quem são os principais impulsionadores/ investidores do turismo em São Tomé e Príncipe (Estado, comunidade local, diáspora, empreendedores locais, empresas internacionais)? Como essa dinâmica tem evoluído ao longo do tempo e qual é o peso do Estado nesse contexto?
5. Identifica especificidades geográficas (distritos, ilhas, espaços turísticos) ao nível do desenvolvimento económico e turístico no país? Se sim, como as define e qual a sua potencialidade de desenvolvimento?
6. Vamos agora especificar alguns campos de ação geralmente considerados essenciais para o desenvolvimento do turismo, em particular as vantagens competitivas, do destino, oferta, procura, oportunidades e limitações.
 - 6.1 Quais as principais vantagens competitivas, forças, oportunidades, limitações e ameaças ao desenvolvimento turístico que identifica?
 - 6.2 Como caracteriza o destino, em particular em termos de segurança, hospitalidade, autenticidade e qualidade? [Questionar apenas caso não tenha sido abordado na resposta anterior, ou adaptar a questão caso já tenha sido parcialmente respondida].
 - 6.3 No caso específico da oferta turística (infraestruturas, equipamentos, serviços alojamento e de animação e outros serviços), considera que esta aproveita devidamente os recursos do país, é de qualidade e diversificada? O que está a ser promovido para acrescentar valor à oferta turística? [Adaptar a questão caso já tenha sido parcialmente respondida na questão anterior].
 - 6.4 Agradeço que desenvolva um pouco mais a questão da procura turística. Considera que esta está a ser devidamente assegurada e trabalhada? Os potenciais mercados estão a ser explorados? O que está a ser feito e é necessário fazer para impulsionar a procura? [Adaptar a questão caso já tenha sido parcialmente respondida na questão anterior].
 - 6.5 Por fim, outra questão considerada geralmente como crítica, especificamente a qualificação e capacidade empreendedora da sociedade. Como se posiciona São Tomé e Príncipe a este nível e o que o Estado e outras organizações têm feito para promover o aumento da qualificação, de conhecimento e de capacidade para empreender da sociedade de São Tomé e Príncipe? [Adaptar a questão caso já tenha sido parcialmente respondida na questão anterior].
7. Considerando o diagnóstico que apresentou, qual a estratégia e medidas / ações que considera serem essenciais para promover o desenvolvimento do setor?

D 4 – Imagem, sustentabilidade e modelo de desenvolvimento turístico

O Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe 2018-2025, apresenta como visão estratégica para 2025, posicionar São Tomé e Príncipe como “o destino turístico insular mais preservado da África Equatorial, com uma natureza e biodiversidade únicas, praias paradisíacas, um legado histórico-cultural de roças de café e cacau e uma comunidade local hospitaleira que enriquece a experiência turística” (DGTH, 2008, p.7). “A necessidade por detrás do Plano centra-se na vontade do Governo em maximizar o contributo do turismo para o emprego nacional e a geração de receitas, garantindo que os benefícios sociais e económicos do turismo sejam distribuídos de forma equitativa” (ibid., p. 6). O plano considera as seguintes metas: aumento de 73,4% da contribuição do setor do turismo para o PIB; aumento de 5,8% no número de empregos no setor do turismo; acréscimo de 19,7% da taxa de ocupação quarto; aumento de 65,5% de chegadas internacionais; e um acréscimo em 81,2% do investimento no país.

8. Concorda com esta visão? Considera que ela é realista? Agradeço que justifique.
9. Quais têm sido os principais beneficiários do desenvolvimento turístico (país no geral, população, investidores externos, outros)? Considera importante atuar para que o peso e os benefícios do turismo seja alterado? Se sim em que direção e como?
10. Em relação ao modelo de desenvolvimento turístico prevalente nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, alguns especialistas identificam três principais desafios que afetam adversamente a economia desses territórios: 1) uma grande parte da receita turística não é retida localmente; 2) o turismo contribui para a inflação dos preços; e 3) há um aumento da dependência de importações, com uma baixa integração de produtos locais na economia. Concorda com esta análise? Acredita que essas questões se aplicam também a São Tomé e Príncipe (São Tomé e Príncipe)? Se sim, em que medida? Por favor, explique sua resposta.
11. Como descreveria o modelo de desenvolvimento turístico que prevalece em São Tomé e Príncipe, ou modelos, caso identifique especificidades geográficas no território? Esse modelo atende às necessidades atuais e futuras do país, ou dever evoluir para outro modelo mais adequado? Agradeço que justifique.
12. Como garantir a sustentabilidade da atividade turística em São Tomé e Príncipe, considerando os impactos das alterações?

D 5 – Outras questões ou específicas por grupos de stakeholders

GRUPO DE STAKEHOLDER 1 (D6.G.S:1): Ministro do turismo, Diretor do Turismo, Diretora Desenvolvimento turístico, Presidente das Câmaras Distritais.

13. Quais as perspetivas e principais evoluções a nível do desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe?
14. Qual a visão para o turismo de São Tomé e Príncipe e quais os principais objetivos definidos pelo governo para promover o desenvolvimento do turismo e alcançar essa visão?

15. Alguns *stakeholders* referem que em São Tomé e Príncipe tem havido mais ênfase na realização de planos e estratégias de marketing do que na elaboração de plano de ordenamento turístico e no desenvolvimento de infraestruturas necessárias para impulsionar o setor. Concorda com esta afirmação? Pode justificar a sua perceção?
16. Qual a competência dos municípios em matéria de políticas de planeamento e desenvolvimento turístico?
17. Que investimentos têm sido realizados para assegurar que o turismo atinja os objetivos estabelecidos pelo governo? Pode fornecer alguns exemplos concretos?
18. Alguns *stakeholders* referem que em São Tomé e Príncipe tem havido mais ênfase na realização de planos e estratégias de marketing do que na elaboração de plano de ordenamento turístico (POT) e no desenvolvimento de infraestruturas necessárias para impulsionar o setor. Concorda com esta afirmação? Pode justificar a sua perceção?
19. Não havendo um POT e considerando que os nacionais têm acesso a terra, cada um constrói espaços turísticos onde lhe apetece? Como é que esta atitude contribui para a sustentabilidade do turismo? E como é que tem sido acompanhada/vigiada o cumprimento de práticas sustentáveis no setor?
20. O Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Ilha do Príncipe é dependente de São Tomé ou é independente?
21. Qual é o impacto classificação da biosfera na economia e no turismo da região?
22. Gostaria de apresentar mais algum comentário no âmbito desta entrevista?

GRUPO DE STAKEHOLDER 2 (D6.G.S:2): Presidente da Associação de turismo; Proprietários e Diretores de hotéis, Operadores Turísticos e Agências de Viagens Locais.

23. Como é que o seu negócio se adapta às características e desafios específicos do país (São Tomé e Príncipe) no desenvolvimento da sua atividade turística, ao nível de: práticas de sustentabilidade, gestão da sazonalidade; valorização da cultura local; formação e qualificação da mão de obra?
24. Uma das principais questões críticas sobre desenvolvimento turístico nos SIDS prende-se com quem domina a oferta, a escala dessa oferta e o nível de retorno financeiro do turismo para o país e comunidade local. É adequado e viável promover um desenvolvimento turístico de baixa escala com grande participação da comunidade, ou é mais vantajoso apostar no investimento de empresas internacionais, ou uma situação mista? Justifique.
25. Gostaria de apresentar mais algum comentário no âmbito desta entrevista

GRUPO DE STAKEHOLDER 3 (D6.G.S:3): ONG

26. Quais são as principais iniciativas das ONG para promover o turismo sustentável e responsável em São Tomé e Príncipe? Como monitoram e quais são os indicadores que utilizam para avaliar o desenvolvimento do turismo sustentável no país?
27. Qual é o papel percebido da colaboração entre ONG, governos locais e outras partes interessadas na promoção do desenvolvimento turístico sustentável no país, e quais são os principais obstáculos ou oportunidades para essa colaboração na prática?
28. Gostaria de apresentar mais algum comentário no âmbito desta entrevista?

GRUPO DE STAKEHOLDER 4 (D6.G.S:4): Banco Mundial

29. Qual é a sua análise sobre o potencial do turismo como motor de crescimento económico em São Tomé e Príncipe, e quais são as áreas prioritárias de intervenção para apoiar o desenvolvimento turístico no país?
30. Pode falar-nos como é que a organização que representa, influencia o desenvolvimento turístico no país?
31. Gostaria de apresentar mais algum comentário no âmbito desta entrevista?

Questionário aplicado ao grupo de especialistas

E.D1 – Caracterização dos respondentes

1. Pode falar-nos um pouco da sua ligação ao desenvolvimento turístico nos SIDS e dar nota dos estudos realizados nesse âmbito, sobre esses territórios?

E.D2 - Turismo nos SIDS

2. Qual a importância do turismo para o desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e quais as tendências de evolução?
3. Quais são as principais oportunidades, ameaças e desafios relacionado com o desenvolvimento turístico nos SIDS?
4. Quais os principais modelos de desenvolvimento turístico que identifica e quais as suas principais vantagens e desvantagens?

5. Qual, ou quais, a(s) estratégia(s) e medidas essenciais a serem tomadas pelos SIDS para promoverem o desenvolvimento mais sustentável do turismo e minimizarem os impactos negativos da atividade?

E.D3 - Desenvolvimento do destino turístico e dinâmicas territoriais

O próximo grupo de questões debruça-se sobre o desenvolvimento turístico de São Tomé e Príncipe. Antes de colocar essas questões vou fazer uma breve apresentação do país:

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular composto por duas ilhas localizado no Golfo da Guiné. A ilha de São Tomé tem cerca de 230 mil habitantes e a do Príncipe apenas 8.000. O país é muito dependente da ajuda externa e a sua economia é baseada na agricultura e serviços. A exportação concentra-se em produtos agrícolas e serviços de turismo. Contudo, a procura turística é ainda muito reduzida (35 mil visitantes em 2019), em particular, por ter grandes limitações de voos e ficar longe das principais rotas turísticas.

O Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo de São Tomé e Príncipe 2018-2025, apresenta como visão estratégica para 2025, posicionar São Tomé e Príncipe como “o destino turístico insular mais preservado da África Equatorial, com uma natureza e biodiversidade únicas, praias paradisíacas, onde a hospitalidade Santomense, baseada no seu legado histórico-cultural de roças de café e cacau, partilha o seu modo de vida e a forma calorosa de receber” (DGTH, 2008, p.7). “A necessidade por detrás do Plano centra-se na vontade do Governo em maximizar o contributo do turismo para o emprego nacional e a geração de receitas, garantindo que os benefícios sociais e económicos do turismo sejam distribuídos de forma equitativa” (ibid., p. 6).

6. Já visitou São Tomé e Príncipe e/ou conhece a realidade deste país? Perante a informação transmitida e seu conhecimento sobre o desenvolvimento dos SIDS, quais são os principais fatores críticos para o desenvolvimento turístico de São Tomé e Príncipe?
7. Considerando as limitações de acessibilidades, de recursos financeiros, de infraestrutura, de *know-how* e a dependência de recursos externos, consegue identificar um modelo de desenvolvimento, ou as bases de um modelo, que seja mais apropriado para que o turismo possa afirmar-se em São Tomé e Príncipe como um setor estratégico e que contribua para um desenvolvimento efetivo e sustentável do país?
8. Apesar da homogeneidade cultural e geográfica das duas ilhas, constata-se que a ilha do Príncipe tem especificidades no que se refere ao desenvolvimento turístico, e em particular por ter uma dupla insularidade, uma dimensão e população muito reduzida e o domínio da oferta turística de empresas internacionais, que estão direcionadas para um segmento de procura de elevado rendimento e com grande valorização de destinos de baixa escala. Considera este modelo apropriado para o desenvolvimento desta ilha? Este modelo será também o mais adequado para todo o país, ou faz sentido coexistirem modelos de desenvolvimento turísticos distintos no país?
9. Será adequado promover uma maior participação da economia e empreendedores locais no turismo? Se sim, não será um problema coexistirem empresas de alojamento e de outros serviços com dimensões e características distintas, como é o caso do que acontece com a oferta de alojamento na ilha de São Tomé, onde prevalecem as unidades de pequena escala, de investidores locais, com níveis de qualidade muito distintas?
10. Considera viável e adequada a visão e o objetivo proposto pelo Governo de São Tomé e Príncipe de desenvolver um turismo de pequena escala que contribua para a redução da pobreza, a geração de empregos e divisas, e a revitalização da cultura? Qual a real capacidade desse modelo para gerar os impactos desejados em São Tomé e Príncipe?
11. Existem exemplos de países que implementaram com sucesso modelos semelhantes de turismo de pequena escala? Quais as lições que podem ser aprendidas com essas experiências para o caso de São Tomé e Príncipe?